



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0098/07	DATA: 7/3/2007
INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 16h17min	DURAÇÃO: 01h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h27min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavra ininteligível.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas da 18ª reunião da Legislatura anterior e da terceira reunião da atual Sessão Legislativa. Devo esclarecer que a primeira ata aqui anunciada é da última sessão desta Comissão na Legislatura anterior, que seria lida e aprovada numa reunião subsequente, o que não pode realizar-se por falta de *quorum*.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura das atas.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Peço dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Havendo pedido de dispensa da leitura das atas, submeto-as à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, submeto-as à aprovação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de referir-me à pauta de hoje, quero cumprimentar, com muito prazer e alegria, em nome da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e dos Parlamentares que a integram, todos os Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, que desde ontem estão em reuniões de trabalho em Brasília e vêm a esta Comissão, que pertence aos operadores da segurança pública do Brasil. Com muita alegria os recebemos aqui e com muito prazer registro a presença de todos os senhores.

Cumprimento o Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, Cel. José Honorato Ameno, de Minas Gerais, e o Cel. Sigfrido Maus, amigo e companheiro sempre presente, que preside a Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil. As sugestões e colaborações de V.Exas. serão muito bem-vindas.

Repito que esta é a Comissão dos que operam segurança pública no Brasil. Temos o prazer de receber não apenas a visita dos senhores, mas também, ao



longo dos nossos trabalhos, as contribuições, sugestões e observações que, com certeza, vão enriquecer o nosso trabalho.

Muito obrigado.

Contem conosco!

Ontem revisamos uma reunião de natureza informal da Comissão que tratou da criação das subcomissões, da definição dos temas e da composição de cada uma delas, nos termos regimentais, obedecendo ao princípio da proporcionalidade.

Devido às múltiplas atividades que todos exercemos na Casa — sempre mais de 1 ou 2 ao mesmo tempo —, não foi possível a presença de todos os membros da Comissão para aquela conversa informal, cujo objetivo era buscar entendimento.

De qualquer modo, este Presidente e os membros da Comissão que estavam presentes combinamos instalar subcomissões referentes aos requerimentos já apresentados. Com relação a esses requerimentos, havendo o acolhimento da Comissão e sendo aprovados, ainda hoje as senhores e os senhores poderão manifestar-se sobre a preferência ou opção que hão de fazer para a composição dessas subcomissões.

Essa foi uma informação preliminar, até porque os que não puderam comparecer precisam ser informados. A idéia de proceder-se a uma conversa preliminar ocorreu exatamente para que o trabalho na reunião fosse facilitado. Algumas sugestões foram feitas ao final. Definidas as subcomissões e aprovados os requerimentos, trabalharemos a composição delas.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Em primeiro lugar, boa-tarde a todos.

Fiz um requerimento e fiquei surpreso por não vê-lo fazer parte da pauta. O requerimento propõe a criação de uma subcomissão especial para tratar das questões ligadas à segurança pública nesta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Fiz 2 proposições, mas elas não constam da pauta. Não sei por que os meus requerimentos não constam da pauta. Dentro da Comissão, indiquei uma subcomissão especial para tratar da violência contra a mulher, que elegi como tema importante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - V.Exa. deu entrada a quantos requerimentos, Deputado Afonso Hamm?

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Faço parte de 2 Comissões importantes, que defini como prioridades. Uma é a Comissão de Agricultura. Lá também contribuímos com requerimentos e discutimos a composição, como é de praxe em todas as Comissões.

E fiz, nesta Comissão, indicação para uma subcomissão especial com relação à violência contra a mulher, tema delicado e pertinente. Tenho aqui a justificativa do requerimento. Eu gostaria de que ele constasse da pauta, para que fosse também uma alternativa e para que possa ser estudado, caso o considerem importante, a exemplo dos outros requerimentos.

Não sei se ele foi entregue dentro do prazo. Pode ter havido alguma dificuldade da minha assessoria, porque atuamos em várias Comissões e somos novos na Casa. Contudo, estabeleci prioridades e gostaria de ver essa proposição incluída na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Afonso Hamm, pode ter havido algum desencontro. Conforme o meu conhecimento, o que chegou a tempo para a pauta foi o requerimento de V.Exa. que propõe a criação de uma subcomissão para tratar de segurança pública e combate ao crime organizado. Considerando esse requerimento — salvo engano, V.Exa. não teve oportunidade de estar presente na reunião informal de ontem, quando conversamos sobre as subcomissões —, recomendei que ele ficasse sobrestado, exatamente para termos oportunidade de voltar a conversar sobre os novos requerimentos para criação de subcomissões, já que temos a limitação de 6 subcomissões. O requerimento de V.Exa. será pautado, quero apenas ganhar tempo para conversarmos.

Com relação aos outros requerimentos, imagino deva ter havido algum desencontro de horário. Talvez eles tenham entrado após o prazo. Certamente, essa seria a razão de não terem sido pautados.

Peço compreensão a V.Exa., pois vamos verificar o caso com absoluto carinho e respeito.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, por que foi sobrestado o requerimento do Deputado Afonso Hamm e não foi sobrestado o item 1 ou o item 3 da pauta, que tratam do mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Exatamente porque esses fizeram parte da reunião de ontem. As pessoas que nela estiveram presentes assim deliberaram. Esses itens fizeram parte da discussão de ontem na reunião informal a que me referi há pouco.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, apenas para fazer um encaminhamento: este meu requerimento, pela condição especial de ser questão relativa à mulher e à violência, pode entrar na pauta da discussão de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Desde que seja apresentado um requerimento extrapauta.

Feitas essas observações, passemos à pauta.

Item 1.

Requerimento nº 2, de 2007, do Sr. Deputado Raul Jungmann, sobre criação da Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munição.

Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Antes de dar a palavra a V.Exa., gostaria de anunciar que há sobre a mesa requerimento subscrito pelo Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira, para a retirada de pauta deste requerimento do Deputado Raul Jungmann.

Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão do controle de armas, munições e — eu diria — de explosivos é da maior atualidade no Brasil.

Esse tema, vem se tornando obrigatório em diversos Parlamentos no mundo, em razão exatamente da necessidade de ter acompanhamento, registro e controle parlamentar. Esses itens são da maior relevância e importância e dizem respeito à segurança das nossas populações e ao combate do crime organizado.



A exemplo desse movimento mundial, este Parlamento vem trilhando trajetória crescente de intervenção no que diz respeito ao tema, ampliando seu espaço de domínio e conhecimento, a exemplo do que já fazem outros Parlamentos do mundo, como nos Estados Unidos, Suécia, Suíça, Espanha, etc.

Todos aqueles que se debruçam sobre o fenômeno da violência e também sobre a questão da segurança sabem que a questão das armas jamais se dissocia do crime organizado, de um lado, e do tráfico de drogas, do outro.

Ou seja, é praticamente impossível que não se tenha, em algum momento, e sobretudo ao longo desse processo relacionado à questão da segurança e também da violência, a interação criminosa entre tráfico de armas, drogas e, evidentemente, crime organizado.

Em razão disso, recentemente, ainda na Legislatura anterior, realizamos nesta Comissão ampla discussão que resultou em frutífera iniciativa chamada “Estatuto do Desarmamento”. Pela primeira vez, constituiu-se um amplo sistema de controle e acompanhamento, legalmente previsto; um banco de dados, o Sistema Nacional de Armas — SINARM, além da relação entre o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas — SIGMA e o SINARM. Pela primeira vez, o SIGMA passou a ser conectado e subordinado ao SINARM. Ambos já existiam, mas não eram devidamente interligados.

Além disso, passado o ano de 2004, quando houve aprovação do Estatuto do Desarmamento, já no ano de 2005, tivemos o chamado referendo do desarmamento, oportunidade em que o Brasil se debruçou exatamente sobre esse tema e realizou um debate extraordinário e único no mundo a respeito do papel das armas na condição de vetores da criminalidade e da violência.

No ano seguinte, 2006, dando seqüência à participação, intervenção e preocupação deste Parlamento e em particular desta Comissão com o tema, foi criada a CPI do Tráfico de Armas, que apresentou relatório cujo texto, entre outras recomendações, aponta exatamente para a necessidade de acompanhamento, controle e continuidade da participação deste Congresso, desta Câmara e, evidentemente, desta Comissão no que diz respeito a esse tema.



Tal ocorreu por 3 motivos básicos. Em primeiro lugar, devido à complexidade normativa que prevê a existência de órgãos e instituições direta e indiretamente ligados ao tema.

É verdade que a maioria das pessoas não se dá conta de que a questão das armas no Brasil envolve um amplo leque de instituições e sistemas. Por exemplo, envolve o Exército, a Polícia Federal, as Polícias Cíveis, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária, os portos, os aeroportos e um amplo segmento do setor privado relacionado à produção das armas — e o Brasil é hoje o segundo maior produtor de armas leves no hemisfério ocidental, inclusive detém aproximadamente 30% do mercado de armas leves dos Estados Unidos, segundo últimas informações. Além disso, o tema envolve um amplo sistema de comercialização, a questão dos colecionadores e dos clubes de tiro, e assim por diante.

Esse é um tema, na verdade, dotado de ampla e vasta complexidade. Evidentemente, em contrapartida, há a necessidade de que o Parlamento acompanhe essas questões. E por que é ingente, necessário e inafastável tal acompanhamento? Porque temos uma legislação nova e devemos averiguar, Sr. Presidente, decorridos quase 2 anos da CPI do Tráfico de Armas, se a nova legislação, que se encontra em processo de implantação, de ajuste, e que diz respeito a toda articulação dos diversos sistemas, vem surtindo o efeito esperado.

Então, é inafastável a responsabilidade de acompanhamento por esta Comissão — em razão de todo esse esforço histórico e da complexidade do tema — da legislação recentemente aprovada.

Daí a proposta de criação de uma subcomissão para acompanhamento e controle da questão de armas e munições.

Portanto, exatamente para que a Comissão haja em linha de conta com tudo o que este Parlamento, Senado e Câmara, vem construindo e reafirme o seu papel determinante em todo o processo.

Para concluir, Sr. Presidente, chamo a atenção de V.Exas. para este momento de extraordinária sensibilidade à questão da violência e da segurança. Evidentemente, torna-se ainda mais inafastável, prioritário, urgente e determinante nossa atuação quando sabemos que esse tema nos remete sempre à conexão entre o crime organizado e o problema que já detectamos — fizemos todo um



levantamento —, qual seja, o tráfico interno e nas fronteiras e a fiscalização da comercialização. Há também uma gama de organizações criminosas, articuladas ou não, que inclusive se voltam para o tráfico.

Portanto, haja vista o problema da segurança da população brasileira, principalmente em razão do momento por que passamos, este Parlamento, esta Casa e, em particular, esta Comissão, todos estarão traindo os desejos da população brasileira se não houver a instalação da subcomissão proposta.

Este Colegiado vai ter a função precípua de colocar-se no centro do diálogo entre instituições e Exército, Polícia Federal, Polícias Militares, Polícias Civis, Judiciário, produtores e comerciantes de armas, para exatamente acompanhar o processo de montagem desse sistema e implantação dessa nova legislação.

Então, é fundamental para a segurança dos brasileiros neste momento que essa subcomissão, Sr. Presidente, venha a ser instituída. Não consigo encontrar argumentos contrários. Qual seria a argumentação?

Afinal, estamos há anos nessa trilha que procurei descrever: a nova legislação, a discussão, o referendo, o Estatuto do Desarmamento, a CPI do Tráfico de Amas. A criação da subcomissão, evidentemente, impõe-se como praticamente uma necessidade resultante desse espaço.

De um lado, há a complexidade do sistema; de outro, uma legislação inovadora que deve ser implantada.

Sem qualquer demérito às demais subcomissões, a exemplo das que aqui foram propostas, a subcomissão a que me refiro foi a primeira a ser proposta e foi objeto de consenso na reunião de ontem, prioridade eleita em reunião que discutiu as propostas.

No nosso modo de entender, a proposta que defendo representa a vontade não só deste Parlamento, mas especialmente desta Comissão, por tudo que trabalhamos nos últimos anos, e de todos os brasileiros e brasileiras interessados em sua segurança.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, gostaria de pedir a compreensão de V.Exa. para que o Deputado Pompeo de Mattos, co-autor do requerimento de retirada de pauta, pudesse se manifestar antes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Caso o requerimento for retirado, a minha voz tornar-se-á inútil. Mas eu estava inscrito antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - O Deputado é co-autor do requerimento, por isso gostaria de dar preferência a S.Exa., apesar de V.Exa. ter-se inscrito anteriormente. Conto com a sua compreensão nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vou concordar, só gostaria de rebater algumas afirmações do Deputado Jungmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Vamos ouvir. A palavra de V.Exa. estará assegurada logo após o Deputado Pompeo de Mattos manifestar-se na condição de co-autor.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria de fazer um breve relato da preocupação que me moveu a fazer esse requerimento. Desde a formação desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, aqui atuei na condição de membro titular. O Deputado Vieira da Cunha, da nossa bancada, é o membro titular, mas voltei na condição de suplente exatamente para acompanhar *pari passu*.

Como primeira atitude nesta nova Legislatura tive a preocupação de apresentar esse requerimento e busquei a subscrição do Líder da minha bancada, exatamente em razão do requerimento firmado pelo ilustre Deputado Raul Jungmann, objetivando criar essa subcomissão especial de controle de armas e de munição

Parece-me que o debate está bem claro. Acompanho o trabalho do Deputado Raul Jungmann e, em conseqüência, de toda a Comissão sobre a questão do desarmamento e de toda a discussão que houve no País.

Diante daquela discussão, não raro, participamos de debates e recordo-me de que em uma ocasião ouvimos a preocupação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral com a tramitação do referendo.



Observei que todos estavam trabalhando a favor do “sim” e havia toda uma discussão que nos levava a ter como favas contadas a vitória. Mas a população brasileira votou quase que sem debater e tomou uma decisão clara sobre a não-permissão do desarmamento na forma em que havia sido proposto.

Dessa forma, disseram que o Governo foi derrotado. Mas a proposta não era do Governo, mas de um segmento importante do Congresso Nacional, cuja visão era diferente daquela revelada pela sociedade. A sociedade votou e decidiu.

Estou assistindo agora a uma espécie de segundo turno do referendo. Não está previsto em lei alguém se arvorar em falar em nome da população, quando não tem tal respaldo porque perdeu no referendo. E o Deputado Raul Jungmann foi o grande derrotado, porque S.Exa. chamou para si a responsabilidade do voto no “sim”, mas deu “não”, a população disse “não”.

Vejo que agora querem ganhar no tapetão e usar esta Comissão como instrumento de reversão de uma decisão coletiva, sábia e consciente da sociedade brasileira. Portanto, não posso concordar com tal pretensão e tenho que me posicionar contra.

Por isso, atravessei saguões de Casas Legislativas deste País defendendo o “não” no referendo, e o “não” ganhou. Não vou deixar de levantar a minha voz em favor dessa decisão e, por isso, fiz esse requerimento de retirada de pauta do requerimento do Deputado Raul Jungmann. Em ocorrendo a retirada, poderemos nos aprofundar nesse debate, porque não são favas contadas, a sociedade já tomou decisões. Portanto, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e, especialmente, esta Comissão têm de traduzir a leitura que a sociedade fez sobre o tema. Do contrário, não haveria razão de estar aqui. Estamos andando na contramão da vontade da população brasileira manifestada em 60%, 70%, 85% dos votos, como ocorreu no meu Estado, pelo “não”.

Essa é a nossa preocupação. E não vejo outro objetivo senão o de dar seguimento à questão do desarmamento, da forma equivocada como havia sido encaminhada. Este é o objetivo da proposta de criação dessa Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munição — aumentaram um pouco mais o nome para, quem sabe, dar mais importância.



Espero que, a Comissão votando meu requerimento, possamos adiar a decisão de criar essa subcomissão e discutir o assunto com mais profundidade.

A minha bancada e eu temos interesse em debater a questão. Sei que muitos nesta Casa têm interesse, e a sociedade brasileira, mais do que ninguém, porque ela já disse “não”, inclusive, à maioria dos membros do Congresso Nacional, que defendiam o desarmamento e perderam no referendo. Temos de respeitar pelo menos uma vez a decisão do povo.

Essa a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Com a palavra o Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Penso que o Deputado Raul Jungmann está equivocado quando diz que a Comissão estará traindo os desejos do povo se não instalar a subcomissão proposta, porque o povo se manifestou no referendo, cujo resultado, como disse o Deputado Pompeo de Mattos, foi avassalador, contra tudo e contra todos.

O TSE jogou a favor, a Rede Globo jogou a favor, o Presidente do Congresso Nacional jogou a favor, vários grupos de Parlamentares capitaneados pelo Raul Jungmann jogaram a favor, o Governo jogou a favor, e todos viram qual foi o resultado.

Lembro-me inclusive de que uma das entidades que participou muito ativamente daquele movimento, a Viva Rio, não disse nada em relação ao caso do João Hélio, mas ontem apareceu na televisão exatamente por causa da Lana, que morreu no Rio de Janeiro. Repito: quando do caso do João Hélio, não se ouviu a Viva Rio falar. E foi muito mais grave do que o caso da Lana.

Na verdade, não há qualquer legislação nova. Está faltando legislação. Se o resultado do referendo foi a vitória do “não”, a legislação deveria ter sido adaptada.

O Rubem César disse, ontem, no *Jornal Nacional* sobre o caso da Lana, mas nada disse sobre o caso do João Hélio. Ficou quieto, escondido, como sói acontecer.

Não existe legislação nova — repito. E como o resultado do referendo foi o “não”, a legislação deveria ter sido alterada, mas nada se fez até hoje, nem por parte da Polícia Federal, nem do Ministério do Exército, nem do Ministério da Justiça.



Ninguém disse nada. Estamos aguardando a legislação nova, até porque ela deve ser totalmente mudada. Toda a legislação era em cima do referendo do desarmamento admitir o “sim”. Como não ganhou, toda a lei está errada, não há legislação nova. Devemos tomar muito cuidado.

Não sou apenas contrário ao requerimento do Deputado Raul Jungmann, pois acho que todos os requerimentos de criação de subcomissão devem ser sobrestados. Há um limite mínimo de subcomissões: 3 permanentes e 3 especiais. Como não podemos ultrapassar esse limite de 6, devemos negociar o conjunto, ao sabor do interesse da Comissão.

Não posso admitir como argumento que a não-instalação da subcomissão significa trair o povo. Não estou traindo o povo, não. Estou em consonância com o resultado do referendo e sugerindo, inclusive, que aguardemos o resultado da ação direta de inconstitucionalidade, pautada no Supremo Tribunal Federal, contra a Lei do Desarmamento. Vamos aguardar a decisão porque, se o Supremo prover essa ADIN, nada poderemos decidir, pois a lei cairá e o parecer será nesse sentido.

Gostaria de retificar uma data lembrada pelo Deputado Raul Jungmann: a CPI do Tráfico de Armas terminou há menos de 1 ano, e o referendo, há 2 anos. Até agora não se chegou a uma decisão.

Apóio o requerimento do Deputado Pompeo de Mattos para postergar a decisão, porque se a decisão for hoje, votarei contra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, fui citado. Invoco o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Gostaria que V.Exa. fosse bem breve.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Serei bem breve. Dirijo-me inicialmente ao Deputado Pompeo de Mattos, que foi nosso companheiro e espero que volte a ser em breve aqui, já que continua sendo lá.

Deputado Pompeo de Mattos, vou falar com muita franqueza: permita-me a pretensão de dizer que acredito que se deveria agradecer pela constituição dessa subcomissão. Perdoe-me e me permita essa pretensão. V.Exa. pode discordar e tem todo direito de fazê-lo.



O que queremos aqui é a busca de um diálogo, desde o segmento que produz com o segmento que comercializa, com o Exército e com a Polícia Federal a esse respeito.

Queremos dialogar, queremos encontrar, Pompeo, um outro patamar. Não está em nossa mente nem em nossa atitude, Arnaldo, Pompeo, em momento algum, desrespeitar a decisão do povo brasileiro. Ou seja, a tese contrária à nossa venceu e, evidentemente, não nos cabe discussão a esse respeito. Não se trata disso.

O que entendemos é que exatamente na busca...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. leu a ementa?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Permita-me, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Leia a ementa da subcomissão.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - V.Exa. me permita?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Leia a ementa da subcomissão.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - V.Exa. me permita?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, só leia a ementa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - V.Exa. me permita?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só leia a ementa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - A ementa fui eu quem fiz.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A ementa está dizendo o contrário do que V.Exa. está falando: *“Criação de Subcomissão Especial do Controle de Armas e Munições”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - A palavra está assegurada ao Deputado Raul Jungsmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado.

Então, o que estou querendo dizer é simplesmente o seguinte: a idéia é a de que possamos conversar. Eu inclusive já havia proposto ao Presidente que, com a presença de S.Exa., conversássemos com todos os segmentos para, exatamente, saber como vamos implantar procedimentos e fazer os acompanhamentos.

A preocupação não é desconhecer o resultado do referendo. Muito pelo contrário. E quero dizer aos nobres Deputados que tivemos — e eu invoco o



testemunho do Deputado Paulo Pimenta, Relator da CPI do Tráfico de Armas — uma experiência na CPI do Tráfico de Armas de cooperação. Contamos com o apoio e a ajuda e agradecemos por isso. Tivemos contribuições recíprocas e queremos continuar fazendo isso. Ou seja, dialogamos com o segmento de produção e comercialização de armas e queremos continuar dialogando.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Logo após, se V.Exa. me permite concluir.

Então, diante disso, faço questão de dizer que não há qualquer espírito de revanchismo. O que estamos procurando é aprofundar o diálogo, louvando-nos no relacionamento frutífero que tivemos com o setor durante a CPI do Tráfico de Armas, que gerou excelente relatório. Está aqui o Relator.

O que queremos é caminhar nessa direção. E sabemos que é importante para o setor este diálogo, a exemplo do que aconteceu com o movimento ambiental, nos anos 70 e 80, quando se levou a questão da responsabilidade social com o meio ambiente às empresas. O que foi iniciado não pode se perder, e achamos que faz falta ao setor essa interlocução.

Então, Presidente, quero deixar bem claro que não existe, da nossa parte, qualquer tipo de desconhecimento. A intenção é positiva, é de dialogar. Lembro mais uma vez que esse é um sistema extraordinariamente complexo e vasto, que precisa, sim, que esta Casa o acompanhe.

Acho eu, humildemente, que não é a hora nem compete a esta Comissão negar a criação de um instrumento de acompanhamento e controle de um tema tão sensível, como o que se refere a armas e munição.

Era esse nosso ponto de vista: de conciliação, diálogo, entendimento e, sobretudo, de busca de um aperfeiçoamento das regras gerais de funcionamento desse sistema, as quais — acredito eu — são do interesse do nosso setor produtivo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela ordem, já que S.Exa. encerrou sem que me permitisse o aparte.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpe, desculpe. Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É uma tática que eu respeito.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não se trata de tática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Peço desculpas e concedo, se o Presidente me permite, o seu aparte. Agora, não vamos pressupor...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu vou falar pela ordem, mas agradeço o pedido de desculpa, pois diminui um pouco a sua prepotência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pois não. É uma questão de educação e gentileza, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado. Quem disse que estaríamos traindo os desejos da população, se não fosse aprovada a proposta, foi V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E mantenho. É o meu ponto de vista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não estou traindo, não estou traindo. Quero só lembrar de outro detalhe, se no relatório final...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É o seu outro ponto de vista. Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ -... e se no relatório final da CPI do Tráfico de Armas não há sugestões da sua lavra, é porque seu sub-relatório não foi aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Bom, eu quero dar um esclarecimento aqui sobre o procedimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu fui citado e gostaria de pronunciar-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Mas eu queria que V.Exa. fosse breve.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Serei breve. Primeiro, eu quero dizer o seguinte: o Deputado Raul Jungsmann usa de subterfúgio para dar as



explicações, com pele de cordeiro, mas é o lobo que está por dentro. Eu conheço bem S.Exa., testemunhei o Deputado Raul Jungmann falando uma coisa na Comissão e dizendo outra em entrevista. Ele faz sempre assim. Vejam V.Exas. o que está escrito na proposta: *“Medidas previstas no Estatuto do Desarmamento que reforçam o controle sobre armas, bem como participar da discussão da sua regulamentação”*.

Quer dizer, S.Exa. quer ganhar no tapetão o que perdeu na eleição. Quero dizer ao Deputado Raul Jungmann que devolvo para ele a expressão “traidor”. O senhor que é traidor! Eu não sou! Eu não sou!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor me escuta, porque eu lhe escutei. O senhor me escuta!

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpe, mas o senhor me está faltando com o respeito. Eu não chamei o senhor de traidor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor chamou sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu não chamei. Eu disse que seria tal decisão uma traição. E o senhor veio aqui para tumultuar. E o senhor me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado, o debate não é esse.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu não propus isso. Eu não disse isso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - O debate não é esse. Só um minutinho, Deputado Pompeo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Você me chamou! Você chamou quem era contra de traidor. Você que é!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Pompeo de Mattos...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor é que é. E cale a boca! Cale a boca! O senhor me respeite!



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E já traiu o povo. O povo todo conhece o senhor.

Perdeu! Perdeu! Perdeu!

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor está perdendo. O senhor veio aqui para tumultuar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Calma, Raul.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ele veio aqui para tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Mas aí você faz o mesmo jogo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ele veio aqui. Eu não chamei ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Calma, calma.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu não chamei ninguém... O senhor veio aqui para isso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Requeiro a gravação desta sessão para mostrar, Presidente, que ele chamou quem era contra a proposição dele de traidor. E eu sou contra. E esse chapéu não me serve. E se ele retirar, eu compreendo. Agora, se ele não retirar, Presidente, vamos aqui ficar trancando pé, enquanto houver essa discussão, porque eu não sou traidor. Ele tem que retirar essa palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu não retiro porque não a coloquei, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor colocou sim. Colocou sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Colocou sim.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor colocou. A Casa toda é testemunha.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - *“Traindo o desejo da população”*.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Estão se utilizando meramente de uma chicana para suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não sou. Não sou traidor e espero respeito.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E esse não é um procedimento. Não chamamos ninguém... Não existe isso coisa nenhuma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor é acostumado a mentir. O senhor é acostumado a mentir (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não existe isso. O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Pompeo, vamos retomar.

Deixe-me colocar a questão do procedimento: nós não estamos discutindo o requerimento do Deputado Raul para criação da subcomissão. Nós estamos aqui para votar o requerimento de retirada de pauta, sobre o qual não há debate, não há discussão. Há apenas encaminhamento.

Falou o autor do requerimento da subcomissão para que a Comissão entendesse o que estava sendo proposto. Falou V.Exa. como co-autor do requerimento de retirada de pauta e falou o Deputado Arnaldo Faria de Sá, na forma regimental. Então, o que nos resta agora é votar o requerimento de retirada de pauta.

Há vários colegas Deputados inscritos, mas certamente será para, em não havendo a retirada de pauta, discutir o requerimento do Deputado Raul Jungsmann.

De antemão, eu já queria nominar os inscritos. São os seguintes Deputados: Edmar Moreira, Fernando Melo, Marcelo Itagiba, Paulo Pimenta, José Eduardo Cardozo. Enfim, mas isso é para discussão do requerimento se porventura for mantido na pauta.

Então, vamos à votação para retomarmos nossos trabalhos e dar normalidade.

Indago: aqueles que são favoráveis....

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Eu preciso de um esclarecimento quanto a essa questão, Sr. Presidente, porque nós estamos aqui discutindo se iremos votar a constituição dessa subcomissão ou não. Eu entendo que ao constituirmos essa subcomissão — e é este esclarecimento que eu gostaria de quem fez a proposição — estaríamos, inclusive, podendo discutir a questão tão necessária dos armamentos apreendidos nas mãos dos criminosos, que hoje não podem ser reutilizados pelas Polícias do nosso Brasil. Se dentro do espírito do que estamos procurando fazer nesta Comissão existe a possibilidade de podermos utilizar, inclusive, esses equipamentos e fazermos modificações em prol do aparato policial e da segurança pública do País, a discussão é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, quero apenas uma orientação de V.Exa., porque o Deputado Arnaldo Faria de Sá inscreveu-se e falou contra. Agora pergunto: S.Exa. falou contra o adiamento ou contra o mérito do requerimento? Porque estou inscrito logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado, pelo que entendi, fugiu à regra regimental, porque o Deputado Arnaldo Faria de Sá falou a favor do requerimento de retirada de pauta e contra o requerimento da subcomissão. Na forma regimental, ele teria que se manifestar contra o requerimento de retirada de pauta. Logo, não observei ninguém inscrito para falar contra, mas se alguém estiver disposto a falar contra a retirada de pauta, concederemos a palavra antes de votar.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O Deputado Arnaldo Faria de Sá, como sempre, é muito competente e fez 2 em 1. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu vivi uma experiência na semana passada — e o Deputado Afonso Hamm que me socorra — quando decidimos, na Comissão de Agricultura, o procedimento quanto às subcomissões. Então, são várias as subcomissões, algumas especiais e outras — digamos —



permanentes. Antes de decidirmos por uma subcomissão, perquirimos sobre todas as hipóteses, todos os requerimentos e decidimos em conjunto a criação de todas as subcomissões possíveis, para evitar que futuramente possa haver um tema mais relevante. Juntamos as propostas e delas retiramos as mais importantes. Quando há decisão por uma, excluem-se outras.

Peço a V.Exa. compreensão para que aguardemos, a fim de vermos os outros pedidos de subcomissões, sopesarmos e, coletivamente, tomarmos uma decisão, a exemplo do que fez a Comissão de Agricultura. E esta Casa assim tem-se posicionado historicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Pompeo de Mattos, mas foi exatamente esse o procedimento que busquei adotar. Até para facilitar, procuramos fazer em reunião informal. Convidei os membros da Comissão para uma reunião informal ontem, exatamente para que, com todos esses requerimentos para criação de subcomissões nas mãos, pudéssemos verificar quais os requerimentos cujos assuntos eram correlatos — para reuni-los em uma só subcomissão — e priorizar aqueles que, no nosso entendimento, são mais relevantes.

O objetivo era vir para esta sessão hoje e deliberar, já tendo acertado esses pontos. Em função das múltiplas atividades da Casa, fiz essas observações na abertura da reunião de hoje quando a maioria dos colegas aqui não estavam.

Entre aqueles que compareceram deliberamos pela criação de apenas 2 subcomissões, até que surgissem outros requerimentos, mas buscando exatamente essa linha de raciocínio de V.Exa.

Na reunião de ontem prevaleceu o entendimento quanto a 2 subcomissões: a proposta pelo Deputado Raul Jungmann e a proposta pelo Deputado Paulo Rubem Santiago, a qual, nos termos propostos, cuidaria do orçamento e do financiamento da segurança pública no Brasil.

Nessa conversa informal de ontem, buscamos acoplar as políticas de segurança pública e o financiamento, o orçamento, dentro dessa linha de raciocínio de V.Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Afonso Hamm.



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, tenho pouca experiência, mas tenho boa vontade de trabalhar e de buscar o entendimento.

Na Comissão de Agricultura tivemos muitas dificuldades, porque houve muitos requerimentos também, alguns polêmicos e com entendimentos diferentes. Mas lá construímos — só para passar o eixo de raciocínio que conduzimos e ajudei bastante lá, por isso com certeza o Deputado Pompeo de Mattos me citou — um entendimento da seguinte maneira: definimos 3 eixos fundamentais, por exemplo, a questão de políticas, que com certeza é uma, e definimos as 3 permanentes. A partir daí, para as 3 subcomissões especiais, de posse das propostas, organizamos em termos de entendimento e prioridade e as definimos. Nesse sentido foi que conseguimos um entendimento entre tantas proposições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Foi o que acabei de explicar, Deputado Afonso Hamm. Fizemos uma reunião com esse propósito, com essa mesma linha de raciocínio.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Certo, mas muitos não compareceram, tal como V.Exa. afirmou. Para construirmos o entendimento necessário, pergunto se as 3 permanentes estão definidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Mas temos de avançar. Não há nada definido, porque quem delibera é esta Comissão aqui.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Aí fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Não, Deputado Afonso Hamm. V.Exa. não entendeu.

Vou explicar novamente: para facilitar o trabalho da Comissão na sessão oficial, marcamos uma reunião extra-oficial ontem e convidamos todos os membros, para que essa conversa se dê entre nós. Não há necessidade de essa conversa se dar numa sessão como esta, e aí fizemos com essa linha de procedimento.

É compreensível que alguns membros da Comissão não tenham comparecido, devido às múltiplas atividades da Casa. Mas queremos avançar. Entre aqueles que compareceram, deliberamos por trazer à pauta de hoje 2 propostas apenas, essa do Deputado Raul Jungmann, que inclusive estava presente; e outra do Deputado Paulo Rubem Santiago, também presente. Inclusive, à proposta do Deputado Paulo Rubem Santiago agregamos uma outra de assuntos correlatos.



Com relação às demais, nós as deixamos para uma nova reunião informal, para darmos prosseguimento.

Só que, ontem, entendemos que não dava para ficarmos parados. Era só para avançar.

Estavam presentes a Deputada Rita Camata e os Deputados Edmar Moreira, Laerte Bessa, Marcelo Itagiba, William Woo, Pinto Itamaraty, Raul Jungmann, Sérgio Moraes, José Genoíno, Paulo Rubem Santiago. Enfim, todos estavam presentes.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - A minha colocação é no sentido de construir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Nós 2 estamos falando a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Para quem está chegando e nunca participou da Comissão, por exemplo, seria importante definir o eixo das subcomissões permanentes. Em assim se definindo, entendo que isso facilita para definirmos as eventuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Mas é exatamente isso.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Mas eu não as conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Mas isso ocorre porque V.Exa. não teve a oportunidade de estar ontem na reunião.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Mas se eu não estive ontem e estou hoje, e aqui estamos para ajudar a deliberar, quero ter conhecimento. É isso que estou pedindo. V.Exa. me entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Por isso V.Exa. está tendo todas as informações.

(Não identificado) - Estamos perdendo o foco da questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Edmar Moreira, por favor. Depois da manifestação de V.Exa., se me permitem, vamos ao requerimento de retirada de pauta. Vamos manter o requerimento ou não. Em se mantendo, se for essa a hipótese, vamos debater o requerimento de criação da subcomissão.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, louvo a liberalidade de V.Exa., mas há uma ordem de inscritos. Se cada um, a seu critério, fizer uso da palavra, com todo respeito aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Edmar Moreira, muito bem formulada a intervenção de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Inicio minha intervenção parabenizando todas as Deputadas presentes, todas as mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher.

Depois dessa discussão tão amigável, de um palavreado tão próprio que ouvimos aqui, acredito que não seria o discurso mais apropriado para lembrar esse dia e não seria um bom exemplo para esta Comissão.

Sr. Presidente, há um ditado que diz que quando se quer protelar alguma coisa, forme uma comissão; quando não se quiser resolver mesmo, instale uma subcomissão.

Tenho para mim, Sr. Presidente, relativamente ao primeiro assunto, que a matéria, quando pautada, deve estar pronta e acabada. Então, em princípio, sou contra a retirada de pauta de toda e qualquer matéria, porque, na quase totalidade dos casos, a retirada de pauta, que deveria servir para fazer uma corrigenda ou seja lá a providência de que natureza for, tem única e exclusivamente o intuito de protelar, com pê maiúsculo.

Então, a matéria foi pautada e tenho certeza de que a competência da Secretaria desta Comissão, se assim o fez, foi porque a matéria tem todos os requisitos para ser discutida e votada.

Portanto, sou contra a todo e qualquer adiamento, em princípio. E o que ouvi aqui hoje não me convenceu. Ao contrário.

Sr. Presidente, o segundo ponto é relativo à proposta do nobre Deputado Raul Jungmann, Parlamentar sério, combativo e competente. Eu acho, Sr. Deputado, que essa matéria já foi absolutamente exaurida e vencida nesse referendo. Louvo até essa intenção de acompanhamento disso, daquilo ou daquilo outro, mas para mim é matéria vencida. Temos de dar margem para que seja regulamentada, quando assim o for.



V.Exa. acompanha atentamente todo esse movimento de armas no Brasil. Para se ter idéia, no Estado de São Paulo, foram expedidas somente meia dúzia de solicitações de porte de armas. Isso é um indício, com certeza, de que as autoridades estão levando a sério, estão chamando para si a responsabilidade de bem conduzir essa decisão da população brasileira.

Quando leio no texto “*controle de armas e munição*”, eu colocaria aqui uma vírgula e acrescentaria “*inclusive dos bandidos*”. Porque só se exerce o controle de arma e munição para o homem de bem. E antes que alguém pense ou diga alguma coisa, eu tenho mais de 4 mil armas mercê da minha atividade e da minha função. Quisera eu que trabalhássemos desarmados, mas a recíproca tinha de ser absolutamente verdadeira. A outra banda, os criminosos, tinham de estar desarmados também.

Então, estamos chovendo no molhado. Sou contra em gênero, número e grau, no mérito, no demérito, de criação de qualquer subcomissão a esse respeito. Mas sou contra o adiamento da discussão e da votação do requerimento pelos motivos que expus anteriormente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado, vamos à votação, até porque o que está acontecendo aqui é um debate antecipado do requerimento.

Vamos votar o requerimento de retirada de pauta da proposta do Deputado Raul Jungmann de criação de uma subcomissão relacionada ao Estatuto do Desarmamento.

Requerimento de retirada de pauta de iniciativa do Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira, e do Vice-Líder Pompeo de Mattos.

Aqueles que são a favor do requerimento permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - É requerimento de retirada de pauta. Terminei de explicar.

Vamos repetir a votação.

Aqueles que são a favor da retirada de pauta permaneçam como estão. (Pausa.)



A Secretaria está aferindo.

Segundo a Secretaria, 12 votos pela retirada de pauta...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Desculpem-me: a favor e 5 contra. A matéria está deliberada.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, questão de ordem. O resultado é ao contrário: 12 votos a favor da permanência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Da permanência na pauta.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sim, mas na verdade a proposição apresentada por V.Exa. foi no sentido da retirada de pauta. Nós votamos contra a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - O requerimento está mantido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas temos de discutir o requerimento. Quero me inscrever para discutir o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Em discussão...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não seria o caso de chegarmos a um entendimento para entrar diretamente nos encaminhamentos?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Eu quero discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas pode ser com tempo determinado: 2 a favor e 2 contra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Eu quero discutir. Não é encaminhamento, não. O encaminhamento é depois da discussão. Primeiro discussão e depois encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Bom, a ordem de procedimento é: primeiro a discussão e depois o encaminhamento, a não ser que haja entendimento na Comissão em sentido contrário.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não há acordo. Primeiro discussão e depois encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, questão de ordem, art. 133. Não existe discussão, só encaminhamento. Estamos tratando de requerimento — aliás, art. 132, § 1º.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para requerimento não há discussão, apenas encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Vamos dirimir essa questão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, apenas para colaborar com a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Questão de ordem, Sr. Presidente, até para que haja possibilidade de acordo para a discussão.

Deputado Raul Jungsmann, sugiro retirarmos a expressão “controle” e mantermos a subcomissão de armas e munição.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É razoável.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpem-me, mas trata-se exatamente de acompanhamento e controle. Se não há alguma possibilidade de acompanhamento e controle...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, para colaborar com a questão de ordem. De fato, não pode haver encaminhamento, mas podem falar 2 a favor e 2 contra. Não é encaminhamento. Regimentalmente, pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - A Assessoria está analisando o Regimento para não incorrerem em erro. (Pausa.)

Bom, a Assessoria apresenta-me o § 1º do art. 117:

“Art. 117.....

§ 1º Os requerimentos previstos neste artigo não sofrerão discussão, só poderão ter sua votação encaminhada pelo Autor e pelos Líderes, por cinco minutos cada um, e serão decididos pelo processo simbólico”.



Bom, requerimento para a criação de subcomissão não consta desse artigo. Logo, ele será colocado em discussão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite fazer uma proposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputados Raul Jungmann, Arnaldo Faria de Sá e Pompeo de Mattos, não seria possível um entendimento para que fosse criada uma subcomissão especial para acompanhar a implementação da legislação sobre armas e munição?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k. Não há problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Deputado Paulo Pimenta, posso fazer uma sugestão, um adendo?

Deputado Arnaldo Faria de Sá, quero fazer uma sugestão. Poderia ser *“implementação das medidas previstas no Estatuto do Armamento, relativamente a armas, bem como participar”...*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Armas e munição...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Relativamente a armas.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Quero colocar uma questão, Deputado Cardozo. Quanto menos expressões utilizarmos, melhor será. Eu também concordo que algumas coisas têm de ser revistas. Por exemplo, os armamentos apreendidos hoje pela polícia não podem ser cadastrados e reutilizados pelo aparato policial, causando grande prejuízo à atividade de segurança pública. Se tivermos uma subcomissão sobre armas e munição, essas questões poderão ser discutidas lá. Registrem-se, cadastrem-se e coloquem-se essas armas no patrimônio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa proposta está no relatório da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Marcelo Itagiba, sua preocupação é procedente, mas penso que ela independe dessa subcomissão. Ela é um projeto de lei para alterar o Estatuto, que é expresso quanto a isso: as armas apreendidas serão encaminhadas para destruição.



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, mas se ela vier com respaldo da Comissão, mais fácil conseguiremos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu estava esperando o momento oportuno. Como tivemos a oportunidade de construir um acordo agora, existe uma série de temas atuais a respeito dessa matéria e é necessário que exista nesta Casa uma preocupação em acompanhá-los. Vários deles foram frutos de encaminhamentos feitos pela CPI. Por exemplo, fizemos o encaminhamento para que sejam unificados o SIGMA e o SINARM, sistemas de controle de identificação de armas. Seria importante que uma subcomissão da Casa tomasse conhecimento de qual foi o encaminhamento dado para essa proposta.

Fizemos também um encaminhamento para que fosse alterado o sistema de identificação das armas. Isso é importante e relevante. O sistema de controle das armas apreendidas, a possibilidade de utilização das armas apreendidas pelas polícias. Se há um tema com interface com tudo o que estamos discutindo no País sobre violência e criminalidade, com certeza, envolve as armas e a munição.

Deputado Raul Jungmann, acho que deveríamos construir uma redação de consenso, porque vai ser no conteúdo do trabalho da subcomissão...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Deputado, nesse sentido, gostaria de dizer...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Se é uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, para questão de ordem, deve-se citar o artigo do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação a V.Exa.: que o Deputado Raul Jungmann, ao defender uma posição ou encaminhar um requerimento, fizesse na condição de membro da Comissão e não na de Vice-Presidente. S.Exa. fica na Mesa e tem vantagens em relação aos



outros. Isso não pode continuar acontecendo. Dessa vez, vai passar, mas da próxima, se quiser encaminhar, deverá vir para cá. Não pode ficar na Mesa, fazendo encaminhamentos com desvantagens para os outros.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Deputado, com imenso prazer ficarei ao seu lado, sem a menor sombra de dúvidas. Mas da próxima vez também V.Exa. consiga se eleger para o lado de cá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E eu votei em V.Exa., indevidamente, mas votei.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Está certo. Muito bem. E eu não votaria em V.Exa. Mas vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Quanto à manifestação do Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Há uma proposta...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Assim V.Exa. fazia na CPI, falando mal dos colegas.

(Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Isso não é debate.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pare de provocação. V.Exa. entregou gente para morrer nesta CPI. Foi o que V.Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Raul, esse não é o debate. Isso não constrói.

(Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Raul Jungsmann, gostaria que V.Exa. se manifestasse sobre a propositura do Deputado Paulo Pimenta a fim de chegarmos a um entendimento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Estou propondo exatamente a fórmula que, de certa forma, acorda tudo que V.Exa. tem em mão, ou seja, o que foi proposto. Só isso. Estou apresentando o meu apoio à fórmula que o Presidente apresentou e vai ao encontro do que se está propondo aqui. Nada mais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não pode dizer que não precisa do meu voto, depois de tê-lo usado.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, qual é a proposta do Deputado Paulo Pimenta? O senhor pode repetir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Uma sugestão seria a subcomissão especial para acompanhar o controle de armas e munição, visando à implementação e regulamentação do Estatuto do Desarmamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite. A redação que eu tinha proposto...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aí, não. É pior ainda.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Ficou pior a emenda do que o soneto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu retirei a palavra “controle”...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ainda mais com o Jungmann.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu retirei a palavra “controle” para tentar o entendimento. Então, ficaria: uma subcomissão para acompanhar e analisar — para recolher a sugestão do Deputado Marcelo Itagiba, e fica aberta a possibilidade do que tu sugeriste — a implementação da legislação no que se refere a armas e munição no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Concorda, Deputado Raul Jungmann?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Poderia repetir, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Paulo Pimenta, por favor, repita.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para acompanhar e analisar a implementação da legislação no que diz respeito a armas e munição no País.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Deputado Arnaldo Faria de Sá, ficou pior a emenda do que o soneto. Sofisma.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Permita-me aperfeiçoar, Deputado Paulo Pimenta. Uma sugestão que eu acho atende integralmente ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Não é assim que se resolve as coisas.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Eu acho que a minha sugestão atende integralmente ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu gostaria que V.Exa. ouvisse:

“A presente subcomissão especial, que propomos sua criação, terá como escopo acompanhar a implementação das medidas previstas no Estatuto do Desarmamento, no que se refere a armas e munição, bem como participar da discussão da sua regulamentação, oferecendo sugestões ao poder regulamentador, quando e onde ele exigir”.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Sr. Presidente, a fórmula mais simples é a mais fácil de ser recepcionada por todos. Uma subcomissão especial de armas e munição.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, acredito que a fórmula de conciliação do Deputado Marcelo Itagiba, se é esse o entendimento, é a mais simples possível e tem o intuito de procurar uma solução para a questão. Aceito a fórmula proposta. Para mim não há qualquer problema. Vamos a ela.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Edmar Moreira, V.Exa. tinha pedido pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, seria indelicadeza se eu não lhe respondesse, porque tive a honra de V.Exa. me conceder a palavra. Eu acho, e até com todo o respeito ao Deputado Raul Jungsmann, que esse requerimento não pode ser alterado assim, a mercê desse, daquele ou daquele outro. Senão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deixe-o concluir.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É uma questão de ordem. O senhor não concedeu lá?



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Se é questão de ordem tudo bem.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Art. 171, inciso I. Está saindo do foco do assunto.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. me concedeu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Tem a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - O Deputado Raul Jungsmann não teve calma para ouvir o que vou terminar de dizer. Se S.Exa. fez o requerimento, se tinha certeza do que pretendia, à medida que subitamente aceita este ou aquele que muda completamente a intenção do que pretendia, isso me leva a crer, com todo respeito, que não houve absolutamente nenhum critério, quando se redigiu o primeiro documento. É o que está aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, vamos adiante, antes que eles se arrependam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Salvo engano, não havendo mais inscritos...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - E eu dispensaria do nobre Deputado Paulo Pimenta e do que se encontra ao lado dele qualquer comentário a favor ou contra o que acabei de dizer. Primeiro, porque não me referi a eles, não me referi a S.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não comentei a respeito do que V.Exa. disse.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu acho que a Comissão, Sr. Presidente,...

Sr. Presidente, assumo a Presidência e coloque pelo menos dignidade e respeito nos nossos trabalhos. Eu não vou aceitar isso em relação à minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - É o que estamos tentando fazer. Agora, eu preciso, Deputado Edmar Moreira, que os meus pares também colaborem nesse sentido.



Encerrada a discussão.

Vamos à votação.

Os que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Raul Jungmann, na modalidade proposta pelo Deputado Marcelo Itagiba, permaneçam...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é a modalidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Subcomissão de Armas e Munição. Subcomissão Especial de Armas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Subcomissão Especial de Armas e Munição.

Aqueles que são a favor permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário do Deputado Edmar Moreira. *(Pausa.)*

Na seqüência, precisamos definir o número de membros que comporão essa subcomissão especial.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão a V.Exa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deveríamos ver quais são as outras subcomissões que serão criadas e, depois disso, fazer a divisão dos membros entre elas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Ótima sugestão.

Item 2.

Requerimento nº 3, de 2007, do Sr. Deputado Raul Jungmann, sobre constituição de grupo de trabalho destinado a acompanhar, fiscalizar e propor soluções para o crescente assassinato de mulheres em Pernambuco.

É até interessante que consigamos votar esse requerimento ainda hoje, em função da semana e do dia de amanhã.

Com a palavra o autor do requerimento.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, hoje infelizmente o meu Estado é o recordista nacional em assassinato de mulheres. Nada mais precisava dizer.

Faço questão de informar a todos que convidamos as Deputadas Rita Camata, Marina Maggessi e Iriny Lopes para fazerem parte da Comissão. Na verdade, elas é que devem conduzir os trabalhos. Nós vamos participar da Comissão. Seria de bom alvitre que o Deputado Paulo Rubem Santiago também participasse, por ser do Estado e fazer parte da base de apoio ao Governo Estadual. Evidentemente, nossa expectativa é contribuir, procurar entender e ajudar a solucionar esse problema. É exclusivamente isso. É uma ajuda que estamos pedindo à Comissão no que diz respeito a essa situação que tanto nos preocupa. Não havendo mais nada a dizer, pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, compreendo a preocupação que todos temos, principalmente na data de hoje, de votar uma medida dessa importância, mas gostaria de chamar a atenção para o fato de que isso não acontece apenas no Estado do Deputado Raul Jungsmann. O mesmo ocorre em outros Estados. Então, proponho a alteração para que essa subcomissão apure a violência contra a mulher em todo o Brasil, não apenas no Estado do autor da proposição.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, permite-me usar da palavra, não havendo outro inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quero dizer que concordo com a sugestão, e começando por Pernambuco, que vive a situação mais grave. É o nosso entendimento. Elogio o Deputado Marcelo Itagiba pela propositura, mas ao mesmo tempo chamo a atenção para o estado de emergência que estamos vivendo nessa área, em Pernambuco.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Nossa preocupação, na reunião informal de ontem, era analisarmos todas as sugestões, eleger as prioridades e definir as subcomissões para, depois, não passarmos por uma situação, vamos dizer assim, de saia justa. Não obtivemos êxito e estamos agindo de tal maneira que, num segundo momento, se completarmos as 6 subcomissões, 3 permanentes e 3 especiais, talvez surja uma situação nova e não tenhamos mecanismos para criar outras subcomissões.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas esta é grupo de trabalho e não conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - É um grupo de trabalho, mas o Deputado Marcelo Itagiba propôs que mudasse para uma subcomissão...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas vou ponderar exatamente na direção do que V.Exa. está dizendo. Como a reunião de ontem, a que cheguei após o término, acabou não atingindo o objetivo, acho temerário votarmos qualquer próxima criação de subcomissão antes de sabermos quantas e quais são. Só temos mais 5. Precisamos ter o conhecimento prévio de quais são as 5, senão vai acontecer o que o senhor disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Perfeitamente, já temos 4 propostas para criação de subcomissões especiais. Mas isso se arranja.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Umas vão ser permanentes, outras vão ser temporárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Mas já temos 4 propostas. Nada impede que, com esse tipo de procedimento que se adota no início da Sessão Legislativa, daqui para a próxima semana surjam vários requerimentos. De outro lado, a sugestão do Deputado Marcelo Itagiba é contemplada no requerimento do Deputado Afonso Hamm, de criar uma subcomissão especial que discutirá a violência contra a mulher no País. Se caminharmos nessa direção, teremos de votar o requerimento extrapauta apresentado pelo Deputado Afonso Hamm. Mas parece-me que o razoável seria sobrestar essas questões, em tendo todos os requerimentos apresentados, e depois defini-las.

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Antes concedo ao Deputado Raul Jungmann, que a solicitou.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Considerando exatamente o momento e no intuito de não prejudicar a discussão, como também não reduzir o número, talvez hoje pudéssemos aprovar como grupo de trabalho. Caso necessário, e aprovada mais adiante essa subcomissão permanente, poderíamos fazer então algum tipo de transformação e de adequação, para que não perdêssemos o momento. Se o Deputado Marcelo Itagiba, que tanto tem contribuído, pudesse nos entender nesse sentido, se pudesse conciliar, eu diria que...

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Eu estarei sempre de acordo com a maioria, Deputado Raul Jungmann. Apenas coloco o reverso dessa moeda. Se por acaso tivéssemos instituído hoje, em função da data de hoje e da gravidade da violência contra a mulher no País, a subcomissão, o grupo de trabalho poderia estar vinculado. Ter um grupo de trabalho específico dentro dessa subcomissão para acompanhar a questão específica do Estado de V.Exa. Mas eu me dobrarei aos argumentos da maioria.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Permita-me, Deputado. Por que não voltamos à situação anterior? Aprovamos o de Pernambuco e colocaríamos depois a subcomissão, que acredito tende a ser acolhida aqui? Poderíamos ter uma conciliação a esse respeito. De acordo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Qual o embasamento regimental do requerimento do Deputado Raul Jungmann? Qual o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - O grupo de trabalho, pelo menos nesta Comissão, passou a ser quase uma tradição, mas de fato não existe previsão regimental. Houve um momento, inclusive na Legislatura anterior, em que foi criada quase uma dezena de grupos de trabalho e, para nossa tristeza, só alguns funcionaram. Minha observação é no sentido de dizer que se nós quisermos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, regimentalmente, não existe grupo de trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Não existe. Concordamos com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, o requerimento não tem embasamento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Concordei com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Até porque o art. 19-A, inciso VIII dispõe sobre grupo de trabalho decidido pela Presidência da Câmara. A Presidência da Câmara dos Deputados pode criar grupo de trabalho, a Presidência ou o Plenário da Comissão não podem fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Concordei de antemão com V.Exa., embora tenha registrado que pelo menos nesta Comissão se tornou uma prática na Legislatura anterior e, para nossa tristeza, a prática não funcionou, porque não tivemos resultado. Sem nenhuma censura àquele momento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas a prática anterior não dá amparo regimental a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Claro, Deputado! E a observação que eu ia fazer na seqüência é que independentemente da questão regimental, até em função da experiência anterior, de terem sido criados diversos grupos de trabalho que acabaram não tendo nenhuma consequência, que evitássemos a criação do grupo de trabalho e agregássemos tudo aquilo que desejamos dentro dessas 6 subcomissões. É regimental e dá todo respaldo ao nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, proponho que a Comissão autorize seus membros a fazer o acompanhamento. Não quero grupo de trabalho, porque não existe regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - A Comissão autorizou um grupo de Deputados a acompanhar aquela situação específica do Rio de Janeiro, mas não era grupo de trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso aí, tudo bem. Não era grupo de trabalho, era acompanhamento. Pode ser o mesmo caso aqui. O grupo de trabalho não tem amparo regimental, por isso, não pode ser criado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - De fato, não tem.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Logo, matéria vencida.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - V.Exa. me permite, Sr. Presidente?

Estou vendo que é difícil trabalhar aqui. Tive de dar uma saída para poder participar da Comissão de Agricultura. Por isso perdi um pouco do debate. Os trabalhos naquela Comissão já avançaram porque as subcomissões foram definidas. Uma vez definidas as subcomissões, o trabalho tem seqüência.

Vi que há vontade de criar-se essa subcomissão proposta e que conseguiu o aval de todos para ser colocada em votação. Não sei se este momento é oportuno, mas gostaria de saber se podemos colocar em discussão e votar o meu requerimento — que agora passa a ser uma proposição da Comissão — para criação de uma subcomissão especial sobre a violência contra a mulher. Se este for o momento, poderíamos puxá-lo da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Se a Comissão concordar, podemos deliberar.

Há 3 proposições. Uma já está deliberada; a outra propõe a criação de subcomissão especial que vai cuidar da violência contra a mulher no País, e a terceira, salvo engano, propõe a criação de uma comissão especial, mas minha sugestão é de que seja permanente. Essa última é proposta pelo Deputado Paulo Rubem Santiago, que trata do financiamento e orçamento das políticas públicas. Se a Comissão concordar, podemos deliberá-las.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, acho que não podemos deliberar mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Começou a Ordem do Dia, não é, Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim. Começou a Ordem do Dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Sei que começou a Ordem do Dia, mas estou fazendo uma consulta ao Plenário em relação a um aspecto.

Tinha informado ao Plenário que, apesar de ter começado a Ordem do Dia, se a sessão estivesse naquele momento introdutório das Breves Comunicações,



poderíamos deliberar. No entanto, como já começou a votação propriamente dita, não podemos deliberar nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Apesar de o Deputado Edmar Moreira ter dito que quando não se quer resolver cria-se uma comissão e quando não se quer resolver mesmo cria-se uma subcomissão, sugiro a V.Exa. que crie um grupo de trabalho com 2 ou 3 Deputados para estudar todas as propostas e chegar a um consenso para que, na próxima reunião, possamos ter um plano, determinando quais subcomissões seriam permanentes e quais seriam temporárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - O.k.

Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Faço um apelo. Nas últimas reuniões desta Comissão, temos discutido essa matéria. Minha preocupação é porque todos os Deputados estão envolvidos em outras Comissões e subcomissões. Vamos começar a discutir o Orçamento no final deste mês de março. Então, ou encaminhamos para votar, depois de todos os atropelos, ou tomamos uma decisão hoje.

Há um requerimento extrapauta do Deputado Afonso Hamm, e sou autor do requerimento do item 3 da pauta, contra o qual não se levantou nenhuma voz. Todos os Deputados entenderam que é um assunto abrangente do Orçamento e do financiamento da segurança pública...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Acho que essa deve ser consenso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O meu receio é que, ao designarmos um grupo para definir quais são as outras subcomissões, na próxima reunião, na semana que vem, já que nesta semana não vamos nos reunir mais, ainda não estejamos em condição de votar.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não.



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Se V.Exa. me permite, gostaria de abordar uma questão fundamental. Esta é a Comissão de Segurança Pública. Então, devemos ter em nossa cabeça os temas primordiais da segurança pública. Para que possamos trabalhar melhor, que dividamos em subcomissões as temáticas mais importantes. Dessa forma, será mais célere o acompanhamento e a solução dos problemas sobre os quais nos propusemos a discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Deputado Marcelo Itagiba, foi exatamente esse o espírito da reunião de ontem. Qual será o foco da Comissão de Segurança Pública? Elege-se o foco e os temas que irão para as subcomissões. Essa foi a preocupação. Infelizmente, em razão do que já disse aqui algumas vezes, parte dos colegas, com múltiplas atividades, não puderam comparecer. E a reunião ficou prejudicada.

Vou acolher a sugestão do Deputado Paulo Pimenta. Eu mesmo vou coordenar essa reunião. O Deputado que se propuser a dela participar, por favor, dê o nome à Secretaria. E eu o convidarei para o dia, hora e local determinados. Um grupo de trabalho da Comissão irá discutir isso, para que, na próxima reunião, não tenhamos o grau de dificuldade que tivemos hoje.

Com relação ao Deputado Paulo Rubem Santiago, particularmente, estou presumindo que, quanto à Subcomissão Especial de Análise do Orçamento e do Financiamento para a Segurança Pública no Brasil, sobre a qual há consenso, não dá para deliberar, por questão regimental.

Em face disso, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado